



Vereadora Luana Alves (PSOL) - 26ºGV

REQUERIMENTO Nº _____/2021

À Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS

Considerando as situações de violência policial contra adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto são sistemáticas e vêm sendo registradas e publicizadas há algum tempo.

Considerando a articulação de trabalhadoras e trabalhadores e serviços de medidas socioeducativas em meio aberto de São Paulo, com o GT de violência e fluxo de denúncias nos últimos anos tem acompanhando o crescimento desses casos de abusos policiais e a omissão do poder público com relação a essas situações, bem como as inúmeras demandas que surgem a partir dos casos notificados/registrados.

Considerando o art. 227 da Constituição Federal, especialmente o plano decenal de atendimento socioeducativo de São Paulo (2015-2025) no seu item 7.4 - EIXO 4 e objetivo 2 e metas 108 a 114 para fortalecer as ações intersetoriais voltadas à prevenção da violência.

Requeiro, nos termos regimentais, e do art. 82 da Lei Orgânica do Município de São Paulo que a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS responda às seguintes questões:

1º - Como está atualmente a implementação do Observatório de Proteção Integral da Criança e do Adolescente?

2º - Como está a dotação orçamentária que foi votada em 2018 e 2019 para implementação do Observatório?

(fonte: <http://www.saopaulo.sp.leg.br/orcamento2018/wp-content/uploads/sites/25/2017/12/PLOA2018-Volume-2.pdf>)



3º - Como está estabelecido atualmente a criação do Observatório: Quem é o responsável legal? Qual cronograma de implementação? Existe aporte de dados e informações? Houve abertura pública para consulta? Se sim, onde e como?

4º - Como está atualmente a implementação dos Programas de Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas?

5º - Como está atualmente a estruturação do canal de recepção de denúncias?

6º - Quais são as secretarias envolvidas?

7º - Como está estabelecido atualmente o fluxograma para efetivação: Quem é o responsável legal? Qual cronograma de implementação? Existe aporte de dados e informações? Houve abertura pública para consulta? Se sim, onde e como?

São Paulo, 06 de outubro de 2021

Luana Alves
Vereadora do PSOL